



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

VOTO DLA

RELATORIA: DLA

TERMO: VOTO A DIRETORIA

NÚMERO: 110/2025

OBJETO: PROPOSTA DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA MODALIDADE MULTAS DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

ORIGEM: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA (SUROD)

PROCESSO (S): 50500.152239/2022-15

PROPOSIÇÃO PF/ANTT: NOTA JURÍDICA n. 00147/2025/PF-ANTT/PGF/AGU

ENCAMINHAMENTO: À VOTAÇÃO - PELA APROVAÇÃO

EMENTA

PROPOSTA DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA MODALIDADE MULTAS DO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 002/2007, A SER CELEBRADO ENTRE A ANTT E A CONCESSIONÁRIA AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S/A. NECESSIDADE DE AJUSTE NO ANEXO A DO TAC MULTAS, COM INTUITO DE ADEQUAR O ROL DE PROCESSOS ENVOLVIDOS NO ACORDO. RELATOR ENCAMINHA À VOTAÇÃO, PELA APROVAÇÃO.

1. DO OBJETO

1.1. Trata-se da proposta de Termo Aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta Modalidade Multas do Contrato de Concessão nº 001/2007, a ser celebrado entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A., com o objetivo de alterar o Anexo A e incluir novas cláusulas ao Termo de Ajustamento de Conduta Modalidade Multas do Contrato de Concessão nº 001/2007.

2. DOS FATOS

2.1. O Termo de Ajustamento de Conduta na Modalidade Multas em questão foi celebrado entre a Agência Nacional de Transportes - ANTT e a Concessionária Autopista Régis Bittencourt S/A em 27/12/2024 (SEI nº 28618793).

2.2. Essa celebração deu-se após a publicação no Diário Oficial da União - DOU da Deliberação nº 547/2024 (SEI nº 28485782), em 20/12/2024, a qual aprovou a celebração do TAC Multas e determinou à Superintendência de Infraestrutura Rodoviária (SUROD) a adoção das providências necessárias à assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta.

2.3. Em 21/01/2025, a Concessionária Autopista Fernão Dias apresentou uma proposta de termo aditivo, com intuito de promover ajustes nas obrigações assumidas no TAC Multas celebrado, nos termos da carta AFD/JUR/25012101 (SEI nº 29195952).

2.4. Ao analisar o pleito, a Coordenador de Instrução Processual (CIPRO) da SUROD considerou a proposta pertinente e ressaltou que a matéria de um processo análogo, referente a concessionária Autopista Fernão Dias, do mesmo grupo empresarial (ARTERIS), já havia passado pela análise jurídica da Procuradoria Federal junto à ANTT (PF/ANTT), conforme indicado no Despacho CIPRO de 06/06/2025 (SEI nº 32760001).

2.5. Na ocasião, a PF-ANTT emitiu a NOTA JURÍDICA n. 00147/2025/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI nº 31391730), por meio da qual concluiu pela adequação jurídica do aditivo proposto, mas considerou desnecessária a inclusão da subcláusula décima primeira, nos termos a seguir expostos:

18. Contudo, o conteúdo proposto para a subcláusula décima primeira já parece suficientemente tratado na subcláusula nona da mesma Cláusula Segunda, que estabelece o mesmo prazo de 30 dias para a aprovação do Anexo B pela SUROD, na hipótese de restar frustrada a tentativa de acordo. Sugerimos, assim, que se celebre aditivo ao TAC tão somente para incluir a previsão de suspensão das obrigações, nos moldes sugeridos para a subcláusula décima da Cláusula Segunda.

2.6. Assim, observando os apontamentos da PF-ANTT, a CIPRO apresentou pelo mesmo despacho supracitado (SEI nº 32760001) uma Minuta de Termo Aditivo (SEI nº 32794532) e do Anexo A do TAC Multas (SEI nº 32762764), recomendando que os documentos fossem encaminhados para a Concessionária Autopista Régis Bittencourt para anuência e aprovação.

2.7. Neste sentido, a SUROD encaminhou as minutas dos documentos à Concessionária em 03/07/2025 e estabeleceu um prazo de 05 (cinco) dias para sua ciência e manifestação, conforme o Ofício nº 24748/2025/SUROD/DIR-ANTT (SEI nº 33554174).

2.8. Em resposta, a Concessionária manifestou a sua concordância com a Minuta de Termo Aditivo submetida pela SUROD (SEI nº 32794532), bem como com o Anexo A do TAC Multas (SEI nº 32762764), nos termos da Carta ARB/REG/25070901 de 09/07/2025 (SEI nº 33696466).

2.9. Em 31/07/2025, a CIPRO emitiu a Nota Técnica nº 7697/2025/CIPRO/GERER/SUROD/DIR/ANTT (SEI nº 34156268), por meio da qual finaliza a sua análise sobre a proposta de termo aditivo em questão e sugere o prosseguimento da instrução processual, com a elaboração de Relatório à Diretoria e Minuta de Deliberação, voltada à submissão da matéria à deliberação da Diretoria Colegiada da ANTT.

2.10. Ato contínuo, em atendimento o art. 39, § 2º, inciso I, do Regimento Interno da ANTT e em consonância com o art. 4º da Instrução Normativa 12/2022, a SUROD proferiu no mesmo dia 31/07/2025 o Relatório à Diretoria SEI nº 365/2025 (SEI nº 34157771), encaminhando para apreciação da Diretoria a proposta de celebração do Termo Aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta Modalidade Multas da Concessionária Autopista Fernão Dias, nos termos da Minuta de Termo Aditivo acostada aos autos (SEI nº 34155847).

2.11. Também seguiram com o Relatório supracitado a minuta de Deliberação (SEI nº 34157798), bem como o Despacho de Instrução (SEI nº 34160770), por meio do qual é informado que "o processo reúne as condições previstas no § 1º do art. 39 do Regimento Interno, que o torna apto para ser sorteado entre os Diretores".

2.12. Em 01/08/2025, o Chefe de Gabinete do Diretor-Geral remeteu os autos à Secretaria-Geral para inclusão do processo na pauta de sorteio, conforme consta no Despacho GAB-DG (SEI nº 34383451).

2.13. Por fim, os autos foram distribuídos a esta Diretoria no mesmo dia 01/08/2025, conforme consta na Certidão de Distribuição constante dos autos (SEI nº 34391321).

2.14. São os fatos. Passa-se à análise.

3. DA ANÁLISE PROCESSUAL

3.1. A matéria foi analisada pela Superintendência de Infraestrutura Rodoviária (SUROD) em cumprimento ao disposto no Art. 32, inciso XII do Regimento Interno da ANTT, conforme a [Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022](#).

Da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária

Art. 32. À Superintendência de Infraestrutura Rodoviária compete:
(...)
XII - elaborar e submeter à Diretoria Colegiada as propostas de alterações dos contratos de concessão rodoviária e de reajuste e revisão; (Redação dada pela [Resolução 6017/2023/DG/ANTT/MT](#))

- 3.2. A matéria vem à apreciação desta Diretoria com vistas a alterar o Anexo A do Termo de Ajustamento de Conduta na Modalidade Multas do Contrato de Concessão nº 001/2007, celebrado entre a ANTT e a Concessionária Autopista Régis Bittencourt S/A em 27/12/2024, com intuito de adequar o rol de processos envolvidos no acordo.
- 3.3. O referido TAC Multas teve por objeto a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018.
- 3.4. Conforme estabelecido pela Resolução nº 5.823/2018, foi elaborado o Anexo A (SEI nº 28619596) com o total de PAS abarcados pelo ajuste, cujos valores somaram R\$ 622.001.596,00 (seiscentos e vinte e dois milhões e um mil e quinhentos e noventa e seis reais). Ao referido montante foi aplicado o desconto de 40% (quarenta por cento), previsto na Portaria SUROD nº 24/2021, resultando no valor de referência do TAC Multas de R\$ 373.200.957,60 (trezentos e setenta e três milhões, duzentos mil novecentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos).
- 3.5. No entanto, após reanálise dos processos que compuseram o referido Anexo A, verificou-se a existência de erro material no número de processo de um PAS constante do Anexo A (SEI nº 28619596), já que o item 322 da Planilha consta como PAS nº 50515.054021/2015-16, sendo que seu número correto é o nº 50515.054021/2016-16, que deverá, portanto, ser corrigido na nova planilha.
- 3.6. Além disso, ao longo da tramitação do presente processo foram instaurados novos PAS, referentes à fatos geradores anteriores à assinatura deste termo de ajustamento de conduta, os quais deverão ser incluídos no ajuste, e que consequentemente modificarão o valor de referência até então definido.
- 3.7. Para tanto, o próprio instrumento do TAC traz a previsão de correções futuras para tais casos, senão vejamos:

CLÁUSULA NONA – VALOR DE REFERÊNCIA
(...)

Subcláusula segunda. O montante previsto no caput poderá ser reduzido, se houver trânsito em julgado de processos sancionadores integrantes do rol do Anexo A.

Subcláusula terceira. O montante previsto no caput poderá ser alterado, acaso se localizem processos sancionadores não integrantes do rol do Anexo A referentes à fatos geradores anteriores à assinatura do presente termo de ajustamento de conduta.

- 3.8. Deste modo, com fundamento na subcláusula terceira, da cláusula nona, supracitada, será necessário acrescentar ao Anexo A outros 28 (vinte e oito) PAS, conforme tabela a seguir, cujos fatos geradores foram constituídos em momento anterior à assinatura do presente termo de ajuste de conduta, o que implicará na elevação do valor de referência para **R\$ 394.980.961,20 (trezentos e noventa e quatro milhões e novecentos e oitenta mil e novecentos e sessenta e um reais e vinte centavos).**

ITEM	Nº PAS	FASE PROCESSUAL	VALOR PENALIDADE (ATUALIZADO - Tarifa R\$ 4,00)	DESCONTO (40%)	VAI
1	50500.189458/2024-11	Defesa Prévia	R\$ 2.200.000,00	R\$ 880.000,00	R\$
2	50500.189624/2024-80	Defesa Prévia	R\$ 2.200.000,00	R\$ 880.000,00	R\$
3	50500.189716/2024-60	Defesa Prévia	R\$ 2.200.000,00	R\$ 880.000,00	R\$
4	50500.188458/2024-02	Defesa Prévia	R\$ 2.200.000,00	R\$ 880.000,00	R\$
5	50500.000141/2025-26	Defesa Prévia	R\$ 2.200.000,00	R\$ 880.000,00	R\$
6	50500.188460/2024-73	Defesa Prévia	R\$ 2.200.000,00	R\$ 880.000,00	R\$
7	50500.188462/2024-62	Defesa Prévia	R\$ 2.200.000,00	R\$ 880.000,00	R\$
8	50500.188464/2024-51	Defesa Prévia	R\$ 2.200.000,00	R\$ 880.000,00	R\$
9	50500.000139/2025-57	Defesa Prévia	R\$ 1.100.000,00	R\$ 440.000,00	R\$
10	50500.188444/2024-81	Defesa Prévia	R\$ 1.100.000,00	R\$ 440.000,00	R\$
11	50500.188977/2024-62	Defesa Prévia	R\$ 660.000,00	R\$ 264.000,00	R\$
12	50500.188981/2024-21	Defesa Prévia	R\$ 660.000,00	R\$ 264.000,00	R\$
13	50500.189064/2024-63	Defesa Prévia	R\$ 660.000,00	R\$ 264.000,00	R\$
14	50500.188982/2024-75	Defesa Prévia	R\$ 660.000,00	R\$ 264.000,00	R\$
15	50500.188448/2024-69	Defesa Prévia	R\$ 1.100.000,00	R\$ 440.000,00	R\$
16	50500.188447/2024-14	Defesa Prévia	R\$ 1.100.000,00	R\$ 440.000,00	R\$
17	50500.188455/2024-61	Defesa Prévia	R\$ 1.100.001,00	R\$ 440.000,40	R\$
18	50500.189456/2024-22	Defesa Prévia	R\$ 1.100.001,00	R\$ 440.000,40	R\$
19	50500.189619/2024-77	Defesa Prévia	R\$ 1.100.002,00	R\$ 440.000,80	R\$
20	50500.003169/2025-15	Defesa Prévia	R\$ 1.100.002,00	R\$ 440.000,80	R\$
21	50500.189461/2024-35	Defesa Prévia	R\$ 660.000,00	R\$ 264.000,00	R\$
22	50500.189631/2024-81	Defesa Prévia	R\$ 660.000,00	R\$ 264.000,00	R\$
23	50500.189718/2024-59	Defesa Prévia	R\$ 660.000,00	R\$ 264.000,00	R\$
24	50500.000142/2025-71	Defesa Prévia	R\$ 660.000,00	R\$ 264.000,00	R\$
25	50500.007000/2025-34	Defesa Prévia	R\$ 660.000,00	R\$ 264.000,00	R\$
26	50500.017783/2025-64	Defesa Prévia	R\$ 660.000,00	R\$ 264.000,00	R\$
27	50500.018082/2025-42	Defesa Prévia	R\$ 1.100.000,00	R\$ 440.000,00	R\$
28	50500.017523/2025-99	Defesa Prévia	R\$ 2.200.000,00	R\$ 880.000,00	R\$

- 3.9. Ademais, devido ao lapso temporal que pode ocorrer com o trâmite do processo de Solução Consensual no TCU, que pode acarretar, no caso de não haver acordo, na necessidade do presente TAC ter seu prosseguimento no âmbito da ANTT, a SUROD sugeriu que fosse incluída a expressão (IPCA) na subcláusula primeira da cláusula nona, para que não parem dúvidas acerca do índice que servirá de base para a atualização do valor de referência do TAC, a saber:

CLÁUSULA NONA – VALOR DE REFERÊNCIA
(...)

Subcláusula primeira. A atualização dos valores das obrigações previstas no Anexo A será feita nos termos do contrato de concessão (IPCA).

- 3.10. Adicionalmente, a Concessionária apresentou a necessidade de se incluir novas cláusulas ao TAC Multas já assinado, especialmente no que tange às obrigações da Concessionária, dispostas na cláusula segunda do Termo, uma vez que, como determina a cláusula segunda, subcláusula sétima, as obrigações previstas no TAC deverão ser submetidas ao processo de Solução Consensual - Processo nº 018326/2024-2, em trâmite no Tribunal de Contas da União, as quais poderão ser modificadas naquela instância.
- 3.11. Portanto, o cumprimento das obrigações assumidas no TAC Multas, sejam as principais ou as acessórias, só poderão ocorrer, conforme o acordado, na hipótese de não haver acordo no âmbito do TCU e após a aprovação das obras pela SUROD.
- 3.12. Sendo assim, enquanto há a tramitação do processo de Solução Consensual junto ao TCU, a Concessionária não teria, neste momento, como cumprir qualquer obrigação estabelecida no instrumento do TAC Multas.
- 3.13. Em vista disso, foi sugerida a elaboração de um Termo Aditivo para a inclusão, na cláusula segunda, das subcláusulas décima e décima primeira, conforme abaixo:

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

(…)

Subcláusula décima. Fica suspensa a integralidade das obrigações da Concessionária, previstas nesta Cláusula Segunda, enquanto tramitar o Processo de Solução Consensual em trâmite no Tribunal de Contas da União (TCU).

Subcláusula décima primeira. As obrigações da Concessionária, previstas nesta Cláusula Segunda, serão retomadas no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da decisão que extinguir sem acordo o processo de Solução Consensual

- 3.14. A análise do pleito que ensejou a elaboração da minuta final do Termo Aditivo em questão foi realizada na Nota Técnica SEI nº 7697/2025/CIPRO/GERER/SUROD/DIR/ANTT (SEI nº 34156268), por meio da qual a SUROD manifesta que matéria está apta a ser deliberada pela Diretoria Colegiada da ANTT.
- 3.15. Instada a se manifestar no processo análogo referente à Concessionária Autopista Fernão Dias, a Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (PF-ANTT) concluiu, nos termos da Nota Jurídica n. 00147/2025/PF-ANTT/PGF/AGU de 04/04/2025 (SEI nº 31391730), que as alterações propostas para o referido TAC Multas são juridicamente possíveis, tendo sugerido, no entanto, a supressão de uma subcláusula do documento submetido a sua análise, sugestão que foi prontamente atendida pela SUROD.
- 3.16. Vale ressaltar que a minuta de Termo Aditivo (SEI nº 34155847) foi submetida à Concessionária, a qual encaminhou sua concordância em relação às cláusulas, conforme a Carta ARB/REG/25070901 (SEI nº 33696466), juntamente com a Declaração de Veracidade das informações prestadas (SEI nº 33704352).
- 3.17. Assim, considerando que a proposta está devidamente motivada e analisada pela SUROD, contando com respaldo legal, contratual e regulamentar, além de ter sido aceita pela Concessionária, proponho a celebração da proposta de Termo Aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta Modalidade Multas da Concessionária Autopista Régis Bittencourt, nos termos da Minuta de Termo Aditivo acostada aos autos (SEI nº 34989296).

4. DA PROPOSIÇÃO FINAL

- 4.1. Ante o exposto, considerando as manifestações técnicas e jurídicas contidas no processo, VOTO por aprovar a proposta de Termo Aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta Modalidade Multas do Contrato de Concessão nº 001/2007, a ser celebrado entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A., nos termos das minutas de Deliberação (SEI nº 34989196), de Termo Aditivo (SEI nº 34989296) e de Anexo A do TAC Multas (SEI nº 34155818) acostadas aos autos.

Brasília, 25 de agosto de 2025.

*(assinado eletronicamente)***Lucas Asfor Rocha Lima**

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS ASFOR ROCHA LIMA**, Diretor, em 25/08/2025, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **34989120** e o código CRC **94FD698F**.